

mulheres e os escravos. Importante ressaltar que o braço escravo, em todas as atividades artesanais, liberava o cidadão livre para as atividades reflexivas, políticas e de lazer.

Apesar dessas contradições, o ideal democrático representou uma novidade em termos de proposta de poder que, daí em diante, iria orientar as aspirações humanas por sociedades mais justas.

3 Os sofistas e a retórica

Coube aos filósofos sofistas, no século V a.C., a função de justificar o ideal democrático. Foram eles que elaboraram teoricamente e legitimaram o ideal democrático da nova classe em ascensão, a dos comerciantes enriquecidos, os quais, desde que fossem cidadãos da pólis, tinham direito ao exercício do poder. À virtude (*areté*) da aristocracia guerreira opuseram a virtude do cidadão: a principal delas é a justiça. Enquanto na aristocracia predominava a *areté* ética, restrita à excelência do nobre guerreiro, no novo modelo a justiça tornou-se política e mais objetiva que a anterior, pois o critério do justo e do injusto sustentava-se na lei escrita, válida para todo cidadão.

A exigência atendida pelos sofistas não era apenas de ordem teórica, mas também prática, voltada para a vida. Segundo Jaeger, historiador da filosofia, por esse motivo exerceram influência muito forte, vinculando-se à tradição educativa dos poetas Homero e Hesíodo.

Como mestres da nova *areté* política, os sofistas recorreram à *retórica*, que é a arte de bem falar, de utilizar a linguagem em um discurso persuasivo. É bem verdade que essa educação não se destinava ao povo em geral, mas à elite intelectual, àqueles bons oradores que poderiam, nas assembleias públicas, fazer uso da palavra livre e pronunciar discursos convincentes e oportunos. Com o brilhantismo da participação no debate público, deslumbravam os jovens do seu tempo. Os sofistas desenvolveram então o espírito crítico e aprimoraram a expressão.

A esse respeito, Jaeger enfatiza que a noção de *virtude* como virtude política era vista pelos sofistas sobretudo como aptidão intelectual e oratória, o que nas novas condições do século V era o decisivo. É completa:

“É natural que encaremos os sofistas retrospectivamente pelo ponto de vista cético de Platão, para quem o princípio de todo conhecimento filosófico é a dúvida socrática sobre a possibilidade de ensinar a virtude.

É, porém, historicamente incorreto e inibe toda a compreensão autêntica daquela importante época da história da educação humana sobrecarregá-la de problemas que aparecem apenas numa fase posterior da reflexão filosófica. Do ponto de vista histórico, a sofística é um fenômeno tão importante como Sócrates ou Platão. Mais: não é possível concebê-los sem ela.”

JAEGER, Werner. *Paideia: a formação do homem grego*. São Paulo: Herder, s/d. p. 316.

Por que então Sócrates e seus discípulos acusavam os sofistas de superficialidade e de pronunciar um discurso vazio? Talvez essa fama se devesse à excessiva atenção de alguns deles ao aspecto formal da exposição e à defesa das ideias, sobretudo quando enfatizavam a persuasão e não a verdade da argumentação. No entanto, é preciso lembrar que a depreciação deles, levada a efeito por Sócrates e Platão, ajudou a manter a imagem caricatural dos sofistas.



PARA SABER MAIS

A partir do século XIX houve uma revisão historiográfica visando a reabilitar o prestígio da sofística. Consultar o capítulo 13, “A busca da verdade”.

Os mais famosos sofistas foram: Protágoras, de Abdera (485-411 a.C.); Górgias, de Leônício, na Sicília (485-380 a.C.); Híppias, de Elis, e Trásímaco, Pródico e Hipódamos, entre outros.

4 A teoria política de Platão

O pensamento político de Platão (428-347 a.C.) encontra-se sobretudo nas obras *A República* e *Leis*. Em estilo agradável, muitas vezes poético e com alegorias, Platão escreve diálogos em que seu mestre Sócrates é o principal interlocutor.

Seu verdadeiro nome era Arístocles. O apelido, “Platão”, talvez se devesse aos ombros largos. Ateniense de família aristocrática e fascinado pela política, sofreu pesados reveses ao tentar convencer Dionísio, o Velho, rei da Sicília, a aplicar suas teorias. Inicialmente bem recebido, após sérias desavenças foi vendido como escravo. Reconhecido e libertado por um rico armador, não desistiu do seu projeto político, retornando duas vezes à Sicília. Embora mais cauteloso, não obteve sucesso, e a amargura dessas tentativas frustradas transparece em *Leis*, sua última obra.

Persuasão. Ação de convencer. Os gregos têm dois termos para indicar a persuasão: *peithó* significa convencer respeitando a vontade alheia; *apáte* refere-se ao uso de argumentos para enganar e convencer por meio de mentiras.

O século V a.C., “época das luzes” da Grécia, terminou tristemente com a derrota de Atenas na guerra contra Esparta, a condenação e a morte de Sócrates e as convulsões sociais que agitaram a cidade, acentuando em Platão o descrédito na democracia.

► A utopia platônica: A República

No livro VII de *A República*, Platão ilustra seu pensamento com o famoso mito da caverna, que daria margem a interpretações diversas, como a epistemológica e a política.

++ PARA SABER MAIS

Para mais detalhes da alegoria da caverna, consulte o capítulo 13, “A busca da verdade”.

Segundo a interpretação epistemológica, aqueles que são prisioneiros na caverna e tomam as sombras como se fossem a realidade, ao serem libertos, elevam-se da *opinião* à *ciência*, alcançando o verdadeiro conhecimento. Tornam-se, então, filósofos, e devem retornar ao meio das pessoas comuns para orientá-las no reto caminho do saber.

A interpretação política decorre da pergunta: “Como influenciar aqueles que não veem?”. Cabe ao sábio ensinar, procedendo à educação política, pela transformação das pessoas e da sociedade, desde que essa ação seja orientada pelo modelo ideal contemplado. Mais que isso, o filósofo deve governar.

Platão imagina então uma cidade utópica, a Calípolis.

E ETIMOLOGIA

Utopia. Do grego *outopos*, “em nenhum lugar”: aquilo que ainda não existe, mas pode vir a ser.

Calípolis. Do grego *kalós*, “belo”, “beleza”, e *pólis*, “cidade”: cidade bela.

Partindo do princípio de que as pessoas são diferentes, e por isso ocupam lugares e funções diversas na sociedade, Platão propõe que o Estado, e não a família, assuma a educação das crianças até os 7 anos, evitando assim a cobiça e os interesses decorrentes dos laços afetivos e das relações humanas inadequadas. O Estado orientaria também para que não se consumassem casamentos entre desiguais, oferecendo melhores condições de reprodução e, ao mesmo tempo, criando instituições para a educação coletiva das crianças.



O filósofo em meditação, de Rembrandt, 1632. No ambiente escuro, a luz da janela ilumina o filósofo. Uma escada sugere algo que se busca em um nível superior do conhecimento: seria a verdade, que, segundo Platão, só os filósofos seriam capazes de alcançar?

A educação das três classes

A educação promovida pelo Estado seria feita em etapas, de acordo com o tipo de “alma” de cada um. O que Platão tem em vista é preparar os indivíduos para exercer as três funções fundamentais da vida coletiva: as atividades que atendem às necessidades materiais, as de guarda e defesa da cidade e as de governantes. Observe também que cada classe corresponde a uma das três partes da alma, a apetitiva, a irascível e a racional:

- Até os 20 anos, todos deviam ser educados da mesma maneira; após a identificação, aqueles que possuísssem “alma de bronze” deveriam se dedicar à agricultura, ao artesanato e ao comércio, cabendo-lhes, portanto, cuidar da *subsistência da cidade*. A virtude por excelência desse grupo é a temperança, pela qual deveriam controlar os desejos de prazer.
- Os demais continuariam os estudos por mais 10 anos, até a segunda seleção, quando seriam identificados aqueles que têm “alma de prata”. A eles seriam destinadas a guarda do Estado, a *defesa da cidade*. A virtude dos guerreiros é a coragem, exercida pelo domínio sobre o caráter irascível de sua alma.
- Os mais notáveis, que sobraram das seleções anteriores, por terem a “alma de ouro”, seriam instruídos na arte de pensar a dois, ou seja, na arte de dialogar. Estudariam filosofia, fonte de toda verdade, que eleva a alma até o conhecimento mais puro. Aos 50 anos, aqueles que passaram com sucesso pela série de provas seriam admitidos no corpo supremo dos magistrados. Caberia a eles o *governo da cidade*, por serem os únicos a ter a ciência da política. Como homens mais sábios, seriam alçados à função de manter

a cidade coesa. Também seriam os mais justos, uma vez que justo é aquele que conhece a justiça. Como virtude principal, a justiça constitui a condição de exercício das outras virtudes.

► A sofocracia: o rei-filósofo

Se para Platão a política é a arte de governar as pessoas com o seu consentimento, e o político é aquele que conhece essa difícil arte, só poderá ser chefe quem conhece a ciência política. Por isso a democracia é inadequada, porque a igualdade só é possível na repartição dos bens, mas nunca no igual direito ao poder. Para o Estado ser bem governado, é preciso que “os filósofos se tornem reis, ou que os reis se tornem filósofos”.

Portanto, Platão propõe um modelo aristocrático de poder, não uma aristocracia da riqueza, mas aquela em que o poder é confiado aos mais sábios. Ou seja, trata-se de uma sofocracia.

E ETIMOLOGIA

Sofocracia. Do grego *sophós*, “sábio”, e *kratia*, “poder”.

A esse respeito, diz Platão:

Será então o momento de conduzir à consumação final aqueles que, aos 50 anos, tiverem saído ilesos das provas a que se submeteram. Os que tiverem distinguido em todos os atos de sua conduta e em todos os ramos do conhecimento serão compelidos a dirigir o olhar da alma para o ser que ilumina todas as coisas; a enxergar o Bem em si e a utilizá-lo como modelo para governar, cada um por sua vez, e durante o resto de sua vida, a Cidade, os particulares e a si próprios. Deverão consagrar à filosofia uma grande parte do seu tempo e, chegando a sua vez, carregar nos ombros o peso das funções políticas e da direção das questões públicas tendo em mira apenas o bem da Cidade, com a convicção, não de que executam uma função honrosa, mas de que cumprem um dever iniludível.²

O rigor do Estado concebido por Platão ultrapassa em muito a proposta de educação. Como a virtude suprema é a obediência à lei, o legislador tem de conseguir seu cumprimento, em primeiro lugar, pela persuasão, aguardando a atuação consentida dos cidadãos livres e racionais. Caso não o consiga, deve usar a força: a prisão, o exílio ou a morte. Do mesmo modo, a censura é justificável quando visa à manutenção do Estado.

► As formas de governo

Platão foi o primeiro pensador a refletir, na sua utopia, sobre a melhor forma de governo, a sofocracia. Mas, observando a política real de seu tempo, alerta para o poder degenerado, em que o governo não respeita as leis nem tem por objetivo a justiça coletiva, e sim o interesse de pessoas ou grupos. Está mesmo convencido de que, após uma série de governos justos, a tendência é decair, devido à negligência dos magistrados das cidades, à dissidência interna ou às guerras.

As formas de governos degenerados são quatro, descritos no Livro VIII de *A República*:

- a timocracia, em que o culto da virtude é substituído pelo impulso guerreiro;
- a oligarquia, na qual o exercício do poder é destinado aos mais ricos.
- a democracia, em que o poder é atribuído aos mais pobres. Para Platão, nessa forma de governo acaba prevalecendo a demagogia, característica do político que manipula e engana. No livro VIII de *A República*, Platão critica a democracia porque, por definição, o povo é incapaz de adquirir a ciência política. A pretensão à igualdade democrática é falaciosa, porque a verdadeira igualdade baseia-se no valor pessoal, que é sempre desigual, já que uns são melhores do que outros.
- a tirania, que resulta geralmente dos abusos da democracia, o que exige um guia que assuma todos os poderes. Com o tempo, o tirano abusa desse poder em proveito próprio, gerando a pior forma de governo, exercida pela força de um só e sem ter por objetivo o bem comum. O tirano é a antítese do magistrado-filósofo.

E ETIMOLOGIA

Timocracia. Do grego *thymós*, “irascibilidade”, “cólera”, daí coragem: é a característica dos guerreiros.

Oligarquia. Do grego *oligarkhía*, “governo de poucos”: *oligos*, “pouco”, e *arkhé*, “governo” e também “princípio”.

Demagogia. Do grego *demos*, “povo”, e *agogs*, “conduzir”: “o que conduz o povo”.

Tirano. Do grego *tyrannos*, que tem dois sentidos: o soberano, aquele que é superior; ou, segundo a forma degenerada, aquele que abusa do poder.

Iniludível. Que não admite dúvida.

² PLATÃO. *A República*. Livro VII. Brasília: Universidade de Brasília, 1985. p. 84.